

LEIS CONSTITUCIONAIS

- a) **das Constituições Codificadas:** a Constituição Federal e a Constituição Estadual (o primeiro documento jurídico da Nação ou dos Estados);
- b) **das Leis Orgânicas dos Municípios:** (primeiro documento jurídico de uma área localizada. Alguns autores chamam de Constituição Municipal);
- c) **das Leis Complementares:** (complementam o texto constitucional);
- d) **dos Atos Institucionais** (oriundo do governo revolucionário, dispendo sobre matéria constitucional sem tramitação pelo Congresso nacional).

CARATERIZAM-SE:

- a) **Pela Forma:** definem-se leis constitucionais, aquelas emanadas do órgão que exercita a função constituinte (diversa da função legislativa ordinária).
- b) **Pelo Conteúdo:** definem-se leis constitucionais: aquelas que regulam ou modificam a estrutura do Estado; aquelas que estabelecem ou definem a competência dos poderes legislativo, executivo e judiciário; aquelas que declaram e garantem os direitos fundamentais do homem; e aquelas que complementam ou disciplinam os preceitos programáticos da Constituição codificada.

OBSERVAÇÕES:

1ª Assim é que o Direito Constitucional trata da organização e estrutura do Estado, do funcionamento dos poderes e do exercício dos direitos públicos dos indivíduos.

2ª As leis assim qualificadas, que são exatamente as que governam o Estado, estão sintetizadas, em regra geral, numa Constituição escrita.

3ª O Estado não pode, em regra, sancionar leis constitucionais, nem alterá-las ou revogá-las, pelo mesmo processo como sanciona, altera ou revoga as leis ordinárias. Daí decorre o princípio da constitucionalidade das leis em geral. Todas as normas do direito nacional, público ou privado, devem subordinar-se à estrutura e ao espírito das leis constitucionais, como condição SINE QUA NON de validade.

4ª Maclver distinguiu dentro da esfera do Estado duas categorias de Leis: as que governam o Estado e aquelas por meio das quais o Estado governa. As primeiras formam o Direito Constitucional; e as segundas, o direito ordinário.

Finalmente, para bem entender as leis, precisamos agora conceituar as leis nacionais (categoria). Assim, **Lei Nacional** □ é a expressão da ordem jurídica total, instituída pelo Estado Federal, e aplicável a qualquer pessoa, órgão ou instituição no Brasil, independentemente de sua vinculação territorial, jurídica ou funcional. As leis federal, estadual e municipal, guardam entre si, relações de coordenação, inexistindo, em conseqüência, qualquer hierarquia jurídica que subordine umas às outras. São expressões formais das comunidades jurídicas parciais existentes no plano do Estado Federal. Por instituírem ordens jurídicas meramente parciais, a sua aplicabilidade restringe-se, apenas, às pessoas, os órgãos, agentes e instituições que a elas se acham submetidas; vejamos: lei federal é aquela emanada da União e apenas aplicável à própria União e seus agentes, órgãos e instituições, não podendo obrigar os Estados-membros e os Municípios. Outro detalhe importante, é a hierarquia das leis. As leis editadas pelas pessoas políticas, no plano

da competência exclusiva, não se hierarquizam entre si. A invasão da esfera de competência resulta em inconstitucionalidade da norma legal editada. Observação final: por força de expressa disposição constitucional, a lei emanada da União prevalecerá sobre as normas locais.